Estado do Rio Grande do Norte

Câmara Municipal de Caicó

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 043/2023

EMENTA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DE CAICÓ/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AUTOR(A)/PROPONENTE: THALES RANGEL DA COSTA

DATA: 03/05/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE CAICÓ
CNPJ: 08.385.940/0001-58
Rua Felipe Guerra, 179, Centro, CEP. 59.300-000
Cx. Postal 48 – Fone: 3417-2954 – Caicó/RN
PALÁCIO VEREADOR IVANOR PEREIRA

GABINETE DO VEREADOR THALES RANGEL DA COSTA

PROJETO DE DECRETO Nº 013 /2023

PROTOCOLO
03/05/2023
10:31

O Vereador **Thales Rangel da Costa**, no desempenho do seu mandato, com fundamento no Art. 30, XVI, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 140, parágrafo único, II, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresenta o seguinte **Projeto de Decreto**:

EMENTA: Concede Título de Cidadã Honorária de Caicó/RN e dá outras providências.

Art. 1º- Fica concedido Título de Cidadã Honorária de Caicó/RN a Senhora **Renata Fonseca Pinto Cavalcante**, pelos relevantes serviços prestados à população caicoense.

Art. 2º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Caicó/RN, 03 de maio de 2023.

Thales Rangel da Costa
Vereador - PDT

JUSTIFICATIVA:

CURRÍCULO DO AGRACIADO:

RENATA FONSECA PINTO CAVALCANTI

Nascida em Natal dia 24/01/1980, em 1983 foi morar em Recife/PE, meados de 1991 retorna a Natal. No período de 2004 a 2007 reside em João Pessoa.

Rua Padre Champagnat, 1690. Lagoa Nova. Natal / RN.

+55 (84) 99625-6733

renatafonsecap@yahoo.com.br

EDUCAÇÃO

- 2019 – **Gestão de Pessoas** (Universidade Rio Grande do Norte - UniRN) – Pós Graduação
- 2012 – **Engenharia Segurança do Trabalho** (Universidade Potiguar) – Pós-Graduação
- 2004 – **Engenharia Têxtil** (Universidade Ferderal do Rio Grande do Norte - UFRN) – Graduação

CURSOS

- *2022 – **Green Belt – Metodologia Lean Seis Sigma** (Grow Lean Seis Sigma)*
- *2021 – **Treinamento de Relações Humanas e Comunicação Eficaz** (Dale Carnegie Course)*
- *2020 – **Gestão da Qualidade e Processos** (Fundação Getúlio Vargas - FGV)*

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

INSTITUTO RIACHUELO / GUARARAPES

Período: 2021 / maio

Coordenadora de Projetos;

* Responsável em coordenar os programas de desenvolvimento para geração de trabalho e renda no Estado do Rio Grande do Norte.

Pilares de atuação do Instituto Riachuelo

- **Algodão Agroecológico** – Em parceria com a Embrapa algodão e Sebrae RN, o Instituto Riachuelo ver retomando a plantação do algodão que irá proporcionar renda extra e segurança alimentar para as família envolvidas no Seridó traçada na cultura limentar. Esta cultura alimentar é baseada, além da plantação d algodão, na alimentação do seu rebanho e na plantação de alimentos para sua subsistência, tais como: feijã fava, milho, gergelim; o excedente será vendido na região para complementação de renda.
- **Artesanato, Bordado e Confecção** – Em parceria com Sebrae RN o Instituto Riachuelo tem o objetivo d desenvolver oficinas de costura que fazem parte da cadeia produtiva da Indústria Guararapes visando o plen atendimento aos requisitos da cadeia, tendo como resultados melhoria no processo, melhoria no produto melhoria na gestão para tornarem mais eficientes. Assim como a consolidação do uso da marca d Identificação Geográfica do Bordado de Caicó e o desenvolvimento de produtos de artesanato potiguar co foco no aumento de vendas, principalmente para atender a demanda de mercado.
- **Empreendedorismo nas Escolas Municipais e Estaduais** – Tendo como parceiro a Junior Achievement o Instituto Riachuelo vem trabalhando para preparar as crianças e os jovens para o futuro do trabalho por meio de programas de empreendedorismo, educação financeira, ética e cidadania. Fazendo com que essas crianças e jovens desenvolva o espírito empreendedor, ainda na escola, proporcionando uma visão clara do mundo dos negócios e facilitando o acesso ao mercado de trabalho.
- **Educação Ensino Fundamental II e Ensino Médio** – Em parceria com o Sesi Escola o Instituto Riachuelo disponibilizou 100 bolsas de estudo para os filhos dos trabalhadores da Guararapes Confecções S.A com 90% de desconto.

COTEMINAS – Cia. de Tecidos Norte de Minas

Período: 2019 / dezembro – 2020 / setembro

Gerente Administrativo / Suprimentos

Período: 2013 / outubro – 2019 / dezembro

Gerente de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Período: 2010 / julho – 2013 / outubro

Supervisora de PCP

Período: 10/05/2007 – 2010 / julho

Supervisora da Qualidade

SPRINGS GLOBAL – Companhia têxtil americana.

Período: 13/10/2004 a 09/05/2007

Engenheira têxtil

COATS CORRENTE – Companhia têxtil

Período: 13/06/2002 - 30/09/2004

Estagiária do Controle da Qualidade

Natal, julho / 2022

Projeto de Decreto Legislativo nº 043/2023
Autoria: Thales Rangel da Costa - PDT

PARECER

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de iniciativa do parlamentar Thales Rangel da Costa, tombado sob o nº 043/2023, com ementário "*Concede Título de Cidadã Honorária de Caicó/RN, e dá outras providências*".

Em suas razões, o parlamentar ressalta as motivações pelas quais essa Casa Legislativa deveria conceder o título à Sra. Renata Fonseca Pinto Cavalcante.

Após as formalidades de estilo, nos moldes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caicó (RI/CMC), os autos vieram à Procuradoria para emissão de parecer.

É o que importa relatar.
Passo a opinar.

Ante acta, importante destacar que o exame desta Procuradoria cinge-se tão-somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual se incursiona em discussões de ordem técnico-jurídica, não havendo incidência no juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação.

Superados os esclarecimentos em comento, verifica-se o preenchimento dos requisitos regimentais formais insculpidos no RI/CMC, respectivamente acerca da técnica legislativa e da proposição, vê-se que o presente projeto cumpre as regras de formatação e elaboração.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) prevê:

> Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

O termo "autonomia política", sob o ponto de vista jurídico, congrega um conjunto de capacidades conferidas aos entes federados para instituir a sua organização, legislação, a administração e o governo próprios. A auto-organização dos Municípios, por sua vez, está prevista no art. 29, *in verbis*

> Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado (...)

O autogoverno se expressa na existência de representantes próprios dos Poderes Executivo e Legislativo em âmbito municipal – Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores –, que são eleitos diretamente pelo povo. A autoadministração e a autolegislação contemplam o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal, notadamente no art. 30, *in litteris*

> Art. 30. Compete aos Municípios:
> I - legislar sobre assuntos de interesse local;
> (...)

Alexandre de Moraes afirma que "*interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)*" (*in* Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. 9ª ed., São Paulo: Atlas, 2013, p. 740)

A proposta cuida de matéria de predominante interesse local, sobre a qual cabe à Comuna legislar, nos termos do art. 10, inciso I da Lei Orgânica do Município:

> Art. 10 - Compete ao Município:
> I - legislar sobre assuntos de interesse local;

A Carta Magna delimita o poder de iniciativa legislativa ao dispor sobre a competência para iniciativa do processo legislativo em matérias de iniciativa reservada, indicando expressamente seus titulares, de forma que, se iniciada por titular diferente do indicado pela CF/88, o ato restará inválido.

Como é cediço, o ordenamento jurídico pátrio adota o sistema de iniciativa pluralística, tendo em vista que pode ser exercitada por diversos sujeitos. Entretanto, o rol previsto no art. 61, *caput*, da Constituição Federal, é exaustivo, pois não comporta nenhuma exceção, devendo ser aplicado aos Estados-membros e Municípios em decorrência do princípio da simetria. No caso do Município de Caicó, **o rol está previsto no art. 30 da Lei Orgânica do Município** que assim prevê:

> Art. 30 - Compete, privativamente, à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições:
> (...)
> XVI - conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município, mediante proposta, pelo voto secreto, de dois terços dos membros da Câmara ou cinco por cento do eleitorado do Município;
> (...)

In casu, o Projeto em espeque se insere em uma das hipóteses de iniciativa privativa do Poder Legislativo, consequentemente, está, o parlamentar autor, legitimado para propor a matéria à Casa Legislativa, sobretudo do ponto de vista constitucional e regimental, já que o Regimento Interno é claro:

Julgado objeto de deliberação

por unanimidade.

Encaminho às Comissões Técnicas para emitir parecer.

S. Sessões em 06 / 5 / 2023

> **Art. 140** Projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular matéria exclusiva a competência do Poder Legislativo, com efeito externo, não sujeita à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente.
>
> **Parágrafo Único**: Constitui matéria de projeto de decreto legislativo, entre outras:
> (...)
> II - concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;
> (...)

Ademais, já é possível verificar que o Projeto encaminhado a esta Augusta Casa pelo Autor encontra-se livre de vícios de natureza formal e material, uma vez que a questão posta a discussão no Plenário desta Casa de Leis não viola a ordem constitucional vigente, conforme acima mencionado.

Ante o exposto, considerando que o Projeto é desprovido de irregularidades formais ou materiais, estando adequado ao ordenamento jurídico pátrio, especialmente nas normas acima expostas, esta Procuradoria, por entender pela constitucionalidade, **opina** pela sua **ADMISSIBILIDADE**.

É o parecer.
S.M.J.

Caicó/RN, 15 de maio de 2023.

ARTHUR AUGUSTO DE ARAÚJO
Procurador da Câmara
Portaria 118/2021

Julgado objeto de deliberação

por unanimidade.

Encaminho as Comissões Tecnicas para emitir parecer.

Sessão em 05 / 06 / 2023.

APROVADO EM:

19 / 06 / 2023.

Presidente do Conselho Legislativo

Projeto de Decreto Legislativo nº 043/2023
Autoria: Thales Rangel da Costa

PARECER

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de iniciativa do parlamentar Thales Rangel da Costa, tombado sob o nº 043/2023, com ementário "*Concede Título de Cidadã Honorária de Caicó/RN, e dá outras providências*".

Em suas razões, o parlamentar ressalta as motivações pelas quais essa Casa Legislativa deveria conceder o título à Sra. Renata Fonseca Pinto Cavalcante.

O projeto foi deliberado à unanimidade pelo Plenário em 16/05/2023.

Em seguida, veio o projeto para análise desta Comissão.

Isto posto, analisando-se o projeto em tela, assim como o processo legislativo, não existe qualquer antiregimentalidade, ilegalidade ou inconstitucionalidade que ponha óbice ao prosseguimento da tramitação. Ademais, a proposição também não sucumbe de vício de iniciativa.

Desta forma, o presente Projeto de Decreto deve ser encaminhado para apreciação do Plenário.

É o parecer.

Caicó/RN, em 25 de maio de 2023.

Ver. **FRANKSLÂNEO DIOGO DA SILVA**
Presidente

Ver. **VERANILSON SANTOS PEREIRA**
Relator

Ver. **ANDERSON CLAYTON DUARTE DE MEDEIROS**
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE CAICÓ
SECRETARIA LEGISLATIVA

Decreto Legislativo nº 050/2023

EMENTA: Concede o Título de Cidadã Honorária de Caicó e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAICÓ/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 30, XVI e art. 28, IV, da Lei Orgânica Municipal; e, o art.19, IV, do Regimento Interno, promulga e decreta:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Honorária de Caicó a Sra. **Renata Fonseca Pinto Cavalcante,** pelos relevantes serviços prestados à população caicoense.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caicó, 7 de Julho de 2023.

IVANILDO DOS SANTOS DA COSTA
Presidente da Câmara Municipal de Caicó

DIÁRIO OFICIAL
DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
DIARIOOFICIAL.FECAMRN.COM.BR
FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO NORTE - FECAMRN

DECRETO LEGISLATIVO 050/2023

Decreto Legislativo nº 050/2023

EMENTA: Concede o Título de Cidadã Honorária de Caicó e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAICÓ/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 30, XVI e art. 28, IV, da Lei Orgânica Municipal; e, o art.19, IV, do Regimento Interno, promulga e decreta:
Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã de Caicó a Sra. Renata Fonseca Pinto Cavalcante, pelos relevantes serviços prestados à população caicoense.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Caicó, 7 de Julho de 2023.

IVANILDO DOS SANTOS DA COSTA
Presidente da Câmara Municipal de Caicó

Publicado por: LIANA ARAÚJO DE MELO
Código Identificador: 74261614

Matéria publicada no Diário Oficial da FECAM, no dia 10/07/2023. EDIÇÃO 1689. A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: https://diariooficial.fecamrn.com.br